



PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NO SUS: Limitantes e Potenciais.

RENÉ LEONE CARVALHO DOS SANTOS, ROSALINA GUEDES DONATO DOS SANTOS, LUCIEDE CRISTINA DAS VIRGENS SANTOS, ÉRICA ROCHA DE JESUS DOS SANTOS

RESUMO:

Práticas integrativas e complementares em saúde (PICs), constituem um sistema e terapêutica de tratamento proporcionando formas de prevenção e recuperação da saúde. Buscam proximidade dos seus usuários e vínculo o terapêutico com o ambiente e a sociedade com diversas formas de abordagem. As PICs incorporam-se ao SUS como forma de ampliar a Diretriz Integralidade no Cuidado da Saúde na Atenção Básica (AB) pois constituem um sistema e terapêutica de tratamento proporcionando formas de prevenção e recuperação da saúde. Sendo sua oferta sem muito custo e densidade tecnológica valendo em si a capacitação de profissionais atualmente se faz presente em 4.297 municípios apesar de serem benéficas sofrem problemas com a falta de incentivo e verba. O estudo visa apontar os limitantes para as PICs no SUS além ressaltar o impacto usuários. Utilizou-se um estudo de revisão da literatura sistemática, com período de busca entre fevereiro a abril de 2022. Para pesquisa bibliográfica foram utilizadas as bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino Americana e do Caribe (LILACS) e ARCA Fiocruz. Conclui-se que as PICs dialogam com várias políticas implementadas e podem ser utilizadas em conjunto com elas para o cuidado do usuário quanto para o profissional. Realizando a proposta do SUS de tratar integralmente sendo possível aplicar em diversas realidades e em diversos níveis de atenção à saúde do usuário com isso faz com que a prática seja democrática, porém possuem diversos limitantes, entres os mais recorrentes são a falta de conhecimento dos profissionais e gestores, tanto sobre as terapêuticas tanto quanto sua política já implementada somados esses fatores e induzidos pelo baixo investimento e incentivo político.

Palavras-chave: Terapias complementares; Políticas de Saúde ; Atenção Básica.

1 INTRODUÇÃO

As PICs entram no SUS como forma de ampliar a Diretriz Integralidade no Cuidado da Saúde na Atenção Básica (AB), de baixo custo e pouca densidade tecnológica valendo apenas da capacitação profissionais. Nesse contexto os usuários do SUS e a população em geral podem usufruir de um tratamento de forma global com potencial para diminuir o uso medicamentos farmacológicos economizando gastos com medicamentos. (TELESI, 2016; RUELA *et al.*, 2019)

A Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares (PNPIC) deu luz sobre as diretrizes a serem implementadas pelos estados e municípios, prevendo cinco tipos de práticas: Medicina Tradicional Chinesa(MTC), Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa acupuntura, Medicina Antroposófica e Termalismo Crenoterapia.(GUIAR,2019).A partir de

portarias do Ministério da Saúde (MS), hoje já se contam com 29 tipos de PICs na abrangência do SUS. (BRASIL,2015).

Os números trazidos pelo Relatório Nacional das PIC's no Brasil demonstram que há um aumento de oferta em serviços na atenção básica em três anos consecutivos, 2017 à 2019 houverem um aumento de 324%, atualmente 4.297 mil municípios no Brasil aderiram a sua oferta no sistema de saúde. (BRASIL,2020).

Apesar de suas benesses as PICs têm como interferente o pouco incentivo do governo para a sua ampliação sendo a falta de investimento para promoção e divulgação faz com que a população e os profissionais atuantes vejam essa prática com receio e preconceito. (FERRAZ *et al*,2019).

Existe uma necessidade de financiamento para que a implementação das PICs com isso vem uma necessidade de valorização real para que se possa maximizar a emergência das práticas (SOUZA e TESSER, 2017).

Essa pesquisa vem com intuito de entender como se dão as consequências da falta de verba e quais são as outras limitações das PICs no contexto da atenção básica e seu potencial terapêutico.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo de revisão da literatura sistemática, com período de busca entre fevereiro a abril de 2022. Para pesquisa bibliográfica foram utilizadas as bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino Americana e do Caribe (LILACS), ARCA Fiocruz. Para a busca de dados foram usados os seguintes termos, pré-definidos de acordo com os Descritores Ciências da Saúde (DECS): Terapia complementares, Atenção Básica, Pessoal da Saúde, Política de Saúde. Mesclados com descritores Booleanos: “Terapia complementares AND Atenção Básica”,” Terapia complementares AND Política de Saúde.”

Foram selecionados estudos experimentais, artigos e teses realizados em território nacional referentes as PICs aplicadas no SUS que abordassem questões de: Implementação, conhecimento dos profissionais da saúde, tratamento e demanda, publicados em português a partir do ano de 2012. Não foram incluídos estudos que não abordaram outros tópicos e temas, desatualizados, inconclusivos, em língua estrangeira e que tratassem das PICs fora do escopo do SUS e de políticas de saúde e que fossem de qualquer tipo de revisão de literatura.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a pesquisa bibliográfica com os termos pré-definidos e com a mescla dos descritores booleanos, nas bases de dados foram encontrados (n= 4.858) artigos e teses correspondentes. Desses 84% (n= 4.081) do repositório ARCA Fiocruz, 1,85% LILACS(n=66),10,37% BVS(n=504) e 4,26% (n=207)

SCIELO. Aplicado os critérios de exclusão (n= 338) artigos e teses e removendo artigos duplicados. Após a leitura de título, resumo dos artigos e metodologia, foram selecionados nas bases: SCIELO (n=7), BVS (n= 3), LILACS (n=5), ARCA Fiocruz, (n =4.), totalizando (n= 19 artigos).

LIMITANTES DAS PICS NO SUS

Um dos problemas para o funcionamento das PICs é o deficit de profissionais da saúde faz com haja uma sobrecarga na atenção básica de acordo com os achados de BARROS (2018). A falta de capacitação profissional e formação específica faz com que haja receio e

insegurança na utilização das PICs segundo GONTIJO e NUNES (2017). Com a falta de incentivo para capacitação, alguns profissionais buscam, com recurso próprio, qualificar-se em PICs porém quando há desligamento ou afastamento ocorre, deste profissional, ocorre uma fragmentação no oferecimento do serviço, visto que a sua oferta é interrompida segundo pesquisa de SOUZA *et al.* (2017). Na pesquisa realizada por GONTIJO e NUNES (2017); MACHADO *et al.* (2016) a maioria dos profissionais e gestores desconhece a política, eles trouxeram que é importante uma educação permanente voltada para a PNPIC, PICs e o seu papel na AB.

Em consonância, MATTOS *et al.* (2018) concorda que há um deficit dos profissionais em relação ao conhecimento da PNPIC. Em contrapartidas achadas da pesquisa de MÜLLER *et al.* (2016) afirma que não basta apenas criar uma política, é necessário ter uma forma de inserção efetiva. Como diretrizes curriculares de ensino e ainda traz que o desconhecimento dos gestores municipais sobre a PNPIC também pode impactar na sua inserção. Endossado pelo trabalho de REIS, *et al.* (2014) que há uma necessidade de discussão acerca das PICs nas diretrizes curriculares dos profissionais.

De acordo com IGNATTI e NAKAMURA, (2021) um dos limitantes é a não obrigatoriedade da inserção das PICs e sua dependência da escolha dos gestores para sua oferta com isso acaba sendo um entrave. Segundo alguns deles o financiamento através da PNPIC não é muito bem esclarecido pois não foram detalhados valores, responsabilidades e fluxo de recursos tornando isso um fator determinante para inserção pois diante da incerteza eles optam por não ofertar, segundo resultados de GALHARDI *et al.* (2013). Outro desafio para PICs é o apego das instituições e dos profissionais pelo sistema biomédico de saúde que causam um receio a adesão as práticas, segundo MELO, (2013)

POTENCIAIS TERAPÊUTICOS

As PICs proporcionam um momento de o alívio e renovação das energias entre os pacientes aos familiares e profissionais, as PICs surgem nesse contexto como uma forma de relaxamento durante a pesada rotina hospitalar segundo observado por LIMA *et al.* (2016). Além disso o estudo CATTÂNEO. *et al.* (2021) mostrou que pacientes oncológicos em tratamentos paliativos tiveram mais força de vontade e maior adesão ao tratamento e uma positiva sensação de conforto.

Na aplicação com doenças crônicas as PICs mostraram com menos custos a médio e longo prazo podendo diminuir e controlar os riscos e complicações futuras abordado por CRUZ *et al.* (2012) e que usuários se sentem seguros na utilização das PICs da mesma forma que PEREIRA (2015) que promoveu sessões de acupuntura e eletroacupuntura de forma complementar ao tratamento medicamentoso em pessoas com diabetes mellitus II e observou que houve um controle glicêmico em relação ao grupo placebo, além disso os pacientes apresentaram redução da dor aguda, redução do peso, do IMC e da circunferência abdominal.

Observou-se também o efeito das PIC's na saúde mental com o estudo de PAPA E DALLEGRAVE (2016) em Centros de Atenção Psicossociais, as práticas dão autonomia ao usuário, melhora de escolha e no processo de autoconhecimento, autoestima e socialização, permitem o contato com o sentimento e emoções tornando-as peças importantes para tratamento e manutenção do indivíduo. Mostrando que quando levadas a um patamar emocional mais profundo como fez LENA E GONÇALVES (2021) foi possível encontrar nas PICs uma forma de reconstrução de vida. Quando implementaram as PICs como processo terapêutico em uma associação de pessoas privadas de liberdade (ACUDA) observou que o acesso a terapias integrativas convidava as pessoas a refletir sobre a vida e a si mesmos levando a um autoconhecimento.

4 CONCLUSÃO

As Práticas integrativas possuem diversos fatores como limitantes, entres os mais recorrentes são a falta de conhecimento, tanto sobre as terapêuticas tanto quanto sua política, que se estende desde o profissional atuantes tanto quanto os gestores e o baixo investimento e incentivo que acarretam a falta de mão de obra qualificada que impacta na oferta e na qualidade de tratamento uma vez que pode ser fragmentado caso haja sobrecarga fazendo as PICs não serem mais ofertadas ou ficar em segundo plano. Com esse estudo é valido ressaltar que as PICs necessitam de apoio efetivo por meio de incentivo, fomento e estruturação para que haja uma melhor adesão, conhecimento e consolidação no sistema único, tanto quanto serem conhecidas e discutidas no âmbito da saúde por profissionais, coordenadores de saúde, estudantes e usuários para que haja uma integração entre as terapêuticas.

REFERÊNCIAS

BARROS, N. F. et al. Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 163–173, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/WhJFzVYJtKrZs7zNjq5k49R/abstract/?lang=pt>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária À Saúde. **Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde**. Brasília: Departamento de Saúde da Família, 2020. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Relatorio_Monitoramento_das_PIC_S_n_o_Brasil_julho_2020_v1_0.pdf.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2015. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

CATTÂNEO, L. P. *et al.* Atuação dos acadêmicos dos cursos da saúde frente ao processo de morte e morrer nos cenários de prática assistencial. **Revista Saúde em Redes**, v. 7, n. 1, p. 155–162, 2021. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3045>

CRUZ, P. L. B. *et al.* O Uso de práticas complementares por uma equipe de saúde da família e sua população. **Revista da Aps**, Minas Gerais, v. 02, n. 15, p. 487-495, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14958/7935> FERRAZ, I. S. C. *et al.* Expansão das práticas integrativas e complementares no brasil e o processo de implantação no sistema único de saúde. **Enfermería Actual En Costa Rica**, [S.L.], n. 38, p. 01- 13, 5 Jun. 2019. Universidad de Costa Rica. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/enfermeria/n38/1409-4568-enfermeria-38-196.pdf>

GALHARDI, W. M. P. *et al.* O conhecimento de gestores municipais de saúde sobre a Política Nacional de Prática Integrativa e Complementar e sua influência para a oferta de homeopatia no Sistema Único de Saúde local. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 18, n. 1,

p. 213-220, jan. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/wbRwpMGPbGdrsnF3kYtRZjQ/?format=pdf&lang=pt>

GONTIJO, M. B. A.; NUNES, M. DE F. Práticas Integrativas E Complementares: Conhecimento E Credibilidade De Profissionais Do Serviço Público De Saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 301–320, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/zq6d5V4fFXMVz7n9qsScffG/abstract/?lang=pt>

GUIAR, J. *et al.* Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 43, n. 123, p. 1205-1218, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5NdgGYwFCNsQPWZQmZymcqM/?format=pdf&lang=pt>

IGNATTI, C.; NAKAMURA, E. Acompanhamento da implantação de uma Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares: principais desafios: **Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 31,

n. 1, p. 55-225, 2021. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/physis/a/JXgHT7mQpF3wrFFDYrSVQNP/?format=pdf&lang=pt>

LENA, M. S.; GONÇALVES, T. R. (Re)existência e potência de vida: práticas integrativas e complementares em saúde para presos: **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v. 22, n. 2, p. 1– 22, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/XnDS8jygmCDBKyBW5pdFstn/?format=pdf&lang=pt>

LIMA, J. F. *et al.* Uso de terapias integrativas e complementares por pacientes em quimioterapia. **Avances En Enfermería**, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 372-380, 27 jan. 2016.

Universidad Nacional de Colombia. av.enferm.v33n3.53363. Disponível em:

https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/09/102611/uso-de-terapias-integrativas-e-complementares- por- pacientes-em- _Zkfpf1R.pdf

MACHADO, D. C. *et al.* Percepções de coordenadores de unidades de saúde sobre a fitoterapia e outras práticas integrativas e complementares. **Saúde em Debate**, v. 36, n. 95, p. 615–623, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HXjxZqZYbMMnqB4j9LFMvst/?lang=pt&format=pdf>

MATTOS, G. *et al.* Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: Percepção dos Profissionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3735–3744, 2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/Tymhc5zwFyHpb8DCWTtcf4j/?format=pdf&lang=pt>

MELO, S.C.C. *et al.* Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: visão de enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 66, n. 6, p. 840-846, dez. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/3YZ8t5nq9h39JsR7BP98TDn/?format=pdf&lang=pt>

MÜLLER, T. L. **Práticas integrativas e complementares na atenção básica do Sistema Único de Saúde do município de Porto Alegre, RS: desafios atuais**. 2016. p. 134.

Dissertação (Saúde coletiva) Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157530/001019685.pdf> Acesso em: 26

mai. 2022 PAPA, M.A. B.; DALLEGRAVE, D. Práticas integrativas e complementares em centros de Atenção Psicossocial: possibilidades de ampliação do cuidado em saúde.

Coleciona Sus, Porto Alegre, v., n., p. 01-14, fev. 2014. Disponível em:
<https://docs.bvsalud.org/biblioref/colecciona-sus/2014/31452/31452-751.pdf>.

PEREIRA, C *et al.*; **Acupuntura no Tratamento Complementar da Diabetes Mellitus Tipo II: Intervenção Clínica Aplicada por Enfermeiros Acupunturistas**; ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY. Rio de Janeiro 2015. p.1–225. Dissertação (Saúde Coletiva). Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/51/teses/838387.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2022

PEREIRA, L. F *et al.* Autonomia e Práticas Integrativas e Complementares: significados e relações para usuários e profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. 1–17, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/icse/a/KQzh8SwcCc8rRrNgfjgfKgb/?format=pdf&lang=pt>

REIS, L. B. M. *et al.* Conhecimentos, atitudes e práticas de Cirurgiões-Dentistas de Anápolis-GO sobre a fitoterapia em odontologia. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 43, n. 5, p. 319–325, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rounesp/a/xgYWfTMKtQhFLgXtJg3JRhM/?format=pdf&lang=pt>

RUELA, L. O. *et al.* Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 11, p. 4239-4250, nov. 2019 Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/DQgMHT3WqyFkYNX4rRzX74J/?lang=pt>.

SOUSA, I. M. C. *et al.* Práticas Integrativas e Complementares: Oferta e Produção de atendimento no SUS e em municípios relacionados. **Cadernos de saúde pública**, v. 28, n. 11, p. 2143–54, 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/ZR38HSZQ5pNtNNsmvHrpPPH/abstract/?lang=pt>

SOUSA, I. M. C.; TESSER, C. D. Medicina Tradicional e Complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária Tradicional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 1, p. 1–15, 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/DkyXcQybgkSLYVCzMNpf9wS/?format=pdf&lang=pt>

TELESI, Emílio Junior. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 30, n. 86, p. 99-112, abr. 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/gRhPHsV58g3RrGgJYHJQVTn/?lang=pt>